

Contribuições de Capistrano de Abreu para a história econômica no Brasil

Luccas Tonon Zanelatto Simão¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar as contribuições do historiador Capistrano de Abreu para o quadro da História Econômica Brasileira em suas obras que vão desde 1873 até 1927. O autor tem singular importância no modo como tratou a História do Brasil, tanto em sua perspectiva como no próprio método analítico. Analisaremos principalmente o livro Capítulos de História Colonial e algumas cartas e artigos, buscando entender como o autor trabalhou com a temática da História Econômica em um período anterior ao que a historiografia considera o início dos empreendimentos sobre o tema. Como será explicado, o principal mérito de Capistrano foi englobar na sua análise histográfica de síntese aspectos mais diversos da realidade, e suas contribuições para a História Econômica se deram nas perguntas levantadas, no método de análise, nas indicações de textos e na orientação de caminhos para interpretar o Brasil.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu (1853-1927), História Econômica no Brasil, Capítulos de História Colonial.

Abstract

Capistrano de Abreu's contributions to economic history in Brazil

This article intends to analyze the contributions of the historian Capistrano de Abreu to the Brazilian Economic History in his works that go from 1873 to 1927. The author has singular importance in the way he treated the History of Brazil, both in his perspective and in the method itself analytical. We will analyze mainly the book Capítulos de História Colonial, and some letters and articles, looking for how the author worked with the theme of Economic History in a period prior to what historiography considers the beginning of the ventures on the theme. As will be explained, Capistrano's main merit was to include in his histographic analysis of synthesis more diverse aspects of reality, and his contributions to Economic History were made in the questions raised, in the method of analysis, in the indications of texts and in the guidance of paths to interpret Brazil.

Keywords: Capistrano de Abreu (1853-1927), Economic History in Brazil, Capítulos de História Colonial.

JEL: N01, B31, B41.

1 Introdução

A Historiografia Econômica do Brasil surgiu – utilizando os pontos propostos por Alice Canabrava (1971, p. 8) e Flávio Saes (2009, p. 184) – nos anos vinte do século XX com as obras de autores como Victor Viana (1922) e Lemos Brito (1923), que já se definiram como história econômica e se debruçaram sobre uma análise dos períodos da economia brasileira, mas é em *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, de Roberto C. Simonsen, em 1936, que a História Econômica destaca-se pelos critérios mais exatos, com ferramentas e métodos quantitativos de maior relevância na realidade brasileira.

As obras do historiador cearense Capistrano de Abreu são anteriores às caracterizações de Canabrava e Flávio Saes, todavia, o autor possui contribuições para o quadro da História Econômica brasileira de muita importância, pois o modo como tratou a História do Brasil, tanto em sua

(1) Graduando em Economia pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP). E-mail: luccas.simao@usp.br.

perspectiva como no próprio método analítico, é um marco importante para o conteúdo das interpretações econômicas posteriores do Brasil.

Este artigo pretende analisar as contribuições do historiador para a História Econômica Brasileira em suas obras, que vão desde 1873 até 1927, com ênfase no livro de síntese do autor, *Capítulos de História Colonial* (1906), e em algumas cartas e artigos. A seleção dos textos se dará pelas referências da literatura posterior, ou seja, utilizaremos, para além do livro de síntese, cartas e artigos que foram utilizados pela historiografia posterior ao autor para explicar seu método e inovações.

A segunda seção do artigo pretende, primeiramente, mostrar uma breve caracterização da trajetória pessoal do autor; depois desta aproximação, o trabalho faz uma revisão dos estudos sobre Capistrano, procurando mostrar que, apesar da riqueza das análises sobre o autor, o tema das suas contribuições em História Econômica ainda é original.

A terceira seção pretende articular como as ideias do autor se construíram, observando as apropriações e condições de contexto, tanto do Rio de Janeiro como do mundo ao final do século XIX, para investigar os pontos que acompanham a obra de Capistrano e, do mesmo modo, o legado que se constituiu do historiador desde então. A seção também pretende analisar as contribuições para a História Econômica presentes no livro *Capítulos de História Colonial 1500-1800* (1906), principalmente nos temas: “Economia Naturista”, “Gado Vacum” e “O Sertão”.

A quarta seção tem por objetivo apontar que Capistrano de Abreu pode ser retomado, junto com Euclides da Cunha, entre duas concepções de História: a história político-administrativa tendo como foco narrativo o empírico e a história que expressa uma inquietação em compreender a realidade brasileira recompondo os elementos de sua cultura material. Para atingirmos o objetivo, observaremos como os escritos de Capistrano se aproximam de dois autores contemporâneos: Euclides da Cunha e Paulo Prado. Pretendemos, portanto, analisar como Capistrano fora retomado pela literatura da época.

Como veremos, Capistrano esforçou-se para compilar uma variedade de aspectos para compor a sua antologia colonial e tal busca gerou perguntas que o próprio autor alegou sua limitação em respondê-las. A quinta seção pretende analisar a tradição relacionada ao autor, ou seja, como fora a retomada de seus escritos por autores posteriores e como esses autores lidaram com as questões deixadas por Capistrano.

A sexta seção visa concluir o artigo, apresentando de maneira geral as contribuições de Capistrano de Abreu para a História Econômica do Brasil.

2 O livro aberto de sua existência ²

Esta seção pretende mostrar uma breve trajetória de Capistrano de Abreu, relacionando como sua vida impactou na sua obra e como seus escritos impactaram a Historiografia Brasileira. Em um segundo momento, analisaremos na literatura como Capistrano foi (e ainda é) estudado e onde as contribuições para a História Econômica se inserem.

(2) Metáfora de Adriano de Abreu (s.d.), filho de Capistrano, sobre o nascimento do pai, em carta disponível no Arquivo de Capistrano de Abreu, depositado na Biblioteca do Convento das Carmelitas de Sta. Teresa. Imagem num. 10 a 16. Retirado de Sousa (2012, p. 1).

João Capistrano Honório de Abreu nasceu em Maranguape, então província do Ceará, em 23 de outubro de 1853, na fazenda Columinjuba (Sousa, 2012, p. 2-3). Em 1869, Capistrano mudou-se para o Recife no intuito de prestar exames para entrar na faculdade de Direito, mas, conforme afirma seu amigo Rodolfo Theófilo, nem sequer fez o concurso e voltou para a fazenda em 1871 (Octavio Filho, 1953, p. 50). Em 1873, mudou-se para Fortaleza e conheceu José Martiniano de Alencar, que havia lhe encomendado uma pesquisa sobre o folclore regional. A partir desta pesquisa, Alencar fascinou-se com a erudição de Capistrano e concedeu-lhe uma carta de recomendação que possibilitou, em 1875, que se instalasse no Rio de Janeiro permitindo-lhe uma colocação na Livraria Garnier.

No Rio de Janeiro, Capistrano de Abreu começou a frequentar o ambiente letrado da corte do Império e mesmo que o autor tenha preferido distanciar-se de ambientes intelectuais e de legitimação, exerceu muito sua sociabilidade intelectual por meio de correspondências com pessoas no mundo todo, como é possível perceber pela quantidade de cartas que trocava³. O repertório literário do autor abrangeu desde críticas de livros de História e Literatura, bem como ensaios e estudos sobre diversos assuntos como Etnografia, Economia, Geografia e outros temas em voga nas discussões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de pensadores brasileiros.

Críticas, prefácios de obras contemporâneas e ensaios foram compilados e publicados postumamente em *Ensaio e Estudos* (1930), pela Sociedade Capistrano de Abreu. Suas publicações em livros são: *O Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no séc. XVI* (1883), tese monográfica para a admissão no Colégio Pedro II, *Capítulos de História Colonial 1500-1800* (1906) e *Rã-txa-hu-ni-ku-i, língua dos Caxinauás* (1914) (Silva, 2007, p. 7).

Capistrano morreu em 1927, na cidade do Rio de Janeiro. Seus últimos momentos de vida foram acompanhados por muitos amigos⁴, os quais, logo após a sua morte, criaram a Sociedade Capistrano de Abreu⁵ para preservar os trabalhos e a memória de Capistrano. A missão da sociedade era tornar o autor uma figura referencial, não apenas entre aqueles que escreviam e escrevem a História do Brasil, mas também para os cidadãos comuns, pois deveriam ver Capistrano de Abreu como um exemplo de “grande homem” e seus textos como uma narrativa exemplar sobre a História do Brasil (Silva, 2007, p. 10).

Capistrano de Abreu pode ser visto, nas palavras de Rebeca Gontijo “como um elo entre a historiografia do século XIX e modernista [...] apontado como o precursor da moderna historiografia brasileira” (Gontijo, 2007, p. 41). A historiografia brasileira do século XIX teve Francisco Adolfo de Varnhagen⁶ e os intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como seus maiores expoentes. Capistrano operacionalizou esses expoentes quanto à metodologia de pesquisa e à preocupação com o documento.

(3) Para estudos dedicados às correspondências de Capistrano de Abreu, ver: Amed, (2004, p. 54-71) e Gontijo (2005, p. 159-185)

(4) Nas relações do historiador estavam índios que conhecera nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil e eram as principais fontes dos seus trabalhos etnográficos. Também estavam políticos e intelectuais de importância, como João Pandiá Calógeras, Assis Brasil, Paulo Prado, Afonso de Taunay, Rodolfo Garcia, Roquete Pinto, Assis Chateaubriand, Miguel Couto, Graça Aranha e Conde de Afonso Celso.

(5) Sobre a Sociedade Capistrano de Abreu, ver o excelente trabalho de Ítala Byanca Morais da Silva (2011).

(6) Francisco de Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi um historiador e diplomata brasileiro, autor de *História Geral do Brasil* (1854). O livro tornou-se referência estética e formal na historiografia do período. Como aponta Francisco Iglésias (2000, p. 75): “[...] Varnhagen é o primeiro a tentar obra sistemática, com pretensão de síntese”.

Com instrumentos metodológico-analíticos pouco comuns para o período, como a análise das bases materiais da população, a etnografia dos povos do interior e o olhar para documentos “não oficiais”, Capistrano de Abreu contribuiu para a historiografia econômica na medida em que os aspectos econômicos e sociais se tornaram ferramentas para uma análise mais ampla. Cabe ressaltar que o autor cearense, apesar de se corresponder com pessoas do mundo inteiro, nunca saiu do Brasil e nunca chegou a frequentar um curso em alguma instituição de ensino, portanto, suas fontes das discussões internacionais das Ciências Sociais, da Economia e da Geografia eram exclusivamente livros que chegaram (em francês, alemão e inglês, línguas que aprendeu de maneira autodidata) nas bibliotecas que trabalhou e por cartas que recebeu de intelectuais do mundo (Pereira; Felipe, 2008, p. 489)⁷. Assim sendo, e como vamos desenvolver ao longo da pesquisa, Capistrano de Abreu utilizou um arcabouço teórico e metodológico inovador à época para a realidade brasileira, fazendo uso de conceitos que lhe corroboraram na reflexão de seus escritos.

Cabe uma problematização: Alice Canabrava (1971, p. 423) aponta que Capistrano de Abreu não se aprofundou em alguns conceitos já desenvolvidos por intelectuais na Europa, como o conceito de “Gêneros de Vida”, ao tratar do condicionamento do homem ao meio, assunto já tratado por Friedrich Ratzel ao longo de suas obras e Vidal de La Blache em 1911; o conceito de “Classe Social”, sobre as expressões do espírito de independência, tratados por Gustav Von Schmoller e Karl Bücher; e o conceito de “Sistema Colonial”, para caracterizar as relações econômicas da colonização portuguesa no Brasil, assunto que já fora trabalhado por Schmoller e Merce Cunningham. A problematização dessa “não profundidade” está na afirmação de uma narrativa que inferioriza os escritos de intelectuais brasileiros que não se aprofundaram nas discussões europeias, não se encaixando nos padrões e modelos de intelectual. Como nos adverte Josep Fontana (1998, p. 272), o método histórico sempre aponta para escolha de lócus ante as fontes, o presente do autor e sua inteligência é o que formula as perguntas e, conseqüentemente, as análises. Capistrano pode não ter se aprofundado nas “novidades intelectuais” europeias, mas certamente se aprofundou em uma discussão da formação do povo brasileiro, de suas bases sociais e materiais.

Capistrano de Abreu ocupa um lugar particular na historiografia, pois desde sua origem até suas interpretações da identidade brasileira, o autor apresentou uma abordagem diferente com relação ao pensamento Varnhagen e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Adicionou à antiga abordagem, portanto, uma maior gama de referências de autores e áreas do conhecimento para sua obra. Nas palavras do próprio Capistrano, em carta que mandou ao Barão do Rio Branco acerca da sua perspectiva de escrever uma “outra história”:

Uma história íntima — [que] deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros⁸.

(7) Autores como João Lúcio de Azevedo, Guilherme Sombart e Barão do Rio Branco, por exemplo, se correspondiam no exterior com Capistrano e lhe ajudavam com dados e literatura (Pereira; Felipe, 2008, p. 490).

(8) Carta disponível em Abreu (1977, p. 157). Como aponta Pereira e Felipe (2008), Barão do Rio Branco foi um importante correspondente de Capistrano. O barão ajuda Capistrano em alguns acessos a arquivos que Capistrano não podia acessar e em erudição historiográfica para discutir com as fontes e contextos.

Nas muitas cartas e ensaios, por exemplo, Capistrano de Abreu citou autores das Ciências Sociais, objeto de suas leituras, como Hippolyte Taine, Henry Buckle, Auguste Comte, Friedrich Ratzel, Hebert Spencer, Gustav Schmoller, Oscar Peschel, Werner Sombart, Leopold Von Ranke, entre outros. A gama de pensadores, teóricos e empíricos, em assuntos variados, deu ao autor cearense elementos analíticos originais até então na historiografia brasileira. Ou seja, a originalidade consistiu no tratamento que dera aos fenômenos sociais, e este tratamento foi um novo elemento ao quadro da história político-administrativa. Na produção de Capistrano, houve a preocupação de reconstruir aspectos da vida dos homens comuns, dos brasileiros, seja definindo as camadas sociais ou recompondo os elementos da cultura material, os modos de viver e em como notar a atividade econômico-social, observando um fator pouco analisado até então: “o brasileiro” (Canabrava, 1971, p. 422).

Cabe ressaltar que o estudo sobre Capistrano de Abreu tem sido muito profícuo para a História da Historiografia brasileira e são vários os temas de abordagem sobre o autor: José Honório Rodrigues (1970) e Arno Wehling (1992) analisaram o método de Capistrano, dando pistas da existência de duas fases: uma com uso maior de conceitos positivistas e spencerianos e, posteriormente, uma fase que predominava o uso de teses do historicismo alemão, tais como as de Leopold von Ranke e o “primado do documento”. Um exemplo sobre a transição metodológica do autor foi o tratamento sobre o descobrimento do Brasil: em um primeiro momento, delimitado até antes de 1883, a concepção de Capistrano estava associada à “expansão do organismo social ibérico” (Wehling, 1999, p. 30), que fazia parte de leis mais gerais do determinismo e do darwinismo social, dos quais serviriam para dar a síntese da História do Brasil; com a publicação de *Descobrimeto do Brasil* (1883), a interpretação do descobrimento é posterior ao olhar dos dados e das fontes, com procedimentos metodológicos “plenamente hermenêuticos: é a interpretação fundada numa combinação de análise lógica, evidência documental e crítica das interpretações anteriores” (Wehling, 1999, p. 31). Uma análise mais recente da transição de Capistrano é feita por José Barros (2010).

Francisco Falcon (1999) observou as noções de “Moderno” e “Nação” em Capistrano, pondo em pauta o anseio de Capistrano por um maior grau de generalização e crítica das fontes documentais, nas suas palavras: “[...] após quatro séculos de empirismo, uma necessidade de generalização se faz sentir, que só pode ser satisfeita depois que as particularidades, bem estudadas, fornecerem uma base larga para a reflexão” (p. 10). Falcon apontou Capistrano nessa perspectiva: como um “farol” entre a historiografia de Varnhagen e as interpretações modernistas.

Ítala Byanca Morais da Silva (2007) analisa a Sociedade Capistrano de Abreu e o esforço para exaltar e preservar o nome de Capistrano como um patrono na historiografia brasileira. Capistrano havia proporcionado o reconhecimento de historiadores em uma época que o estudo da História ainda era recluso e a Sociedade Capistrano de Abreu foi um lugar onde os estudiosos da História do Brasil podiam discutir, analisar e pensar o método e a narrativa histórica, tal como o “mestre” Capistrano de Abreu havia feito.

Rebeca Gontijo mostra um estudo refinado sobre Capistrano analisando a construção da História e Historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu (2005) e também na sua tese de doutoramento (2006), observando a construção da identidade do autor, primeiro coletiva pelo círculo social deste e, segundo, pelas escolhas dele mesmo. Segundo a autora, Capistrano de Abreu destacou-

se pela erudição autodidata, todavia, a memória que foi construída a partir de sua biografia é de um homem recluso, por vezes apático a centros de afirmação intelectual (2006, p. 127).

Daniel Mesquita Pereira e Eduardo Ferraz Felipe (2008) também olham para o projeto intelectual e político nas cartas de Capistrano de Abreu, focando na sua correspondência com Barão do Rio Branco entre 1886 e 1903. Maria da Glória Oliveira (2006) preocupa-se com a construção da história em Capistrano, analisando desde o método de pesquisa e percorrendo a escrita do autor.

Outros trabalhos muito expressivos poderiam ser citados, mas este breve compilado teve o objetivo de apresentar um panorama da historiografia sobre Capistrano. O tema da contribuição de Capistrano para a História Econômica brasileira ainda é original, apesar de ser comentado nos estudos sobre sua obra por compor uma “peça” importante nos seus escritos. A análise dos textos de Capistrano nesta pesquisa não procura desqualificar as leituras de outros pesquisadores, mas sim buscar uma abordagem com mais atenção ao papel da construção material e às bases econômicas, observando como estas foram importantes para Capistrano descrever e analisar o Brasil.

3 Capistrano historiador

Tradutor⁹, crítico literário¹⁰, estudioso de etnografia¹¹, erudito de sua época¹² e assíduo correspondente com as mais variadas mentes de seu século, Capistrano lia incessantemente, a ponto de, na construção de sua memória, as caracterizações de leitor focado serem unânimes¹³.

Pretendemos, nesta seção, articular como as ideias do autor se construíram, observando as apropriações e condições de contexto, tanto do Rio de Janeiro como do mundo ao final do século XIX, para investigar os pontos que acompanham a obra de Capistrano e, do mesmo modo, o legado que se constituiu do historiador desde então.

A partir de todo trabalho de análise de historiografia, Capistrano estuda também sobre economia, etnografia e pensamento germânico. No final do século XIX, Capistrano já alega que desenvolveu uma vontade de escrever uma síntese que, como ele mesmo descreve em carta ao Barão do Rio Branco, de 17 de abril de 1890, mostra o anseio de construção de uma história diferente daquela de Varnhagen:

(...) uma história modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807. Escrevo-o porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encandear melhor certos fatos. (...) parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen. (...) (Abreu, 1890 apud Rodrigues, 1954, p. 130).

(9) Traduziu obras de etnografia, como a de Paul Ehrenreich, em 1891, do alemão; obras de ciências naturais de Augusto Goeldi; obras de Alfredo Kirchoff, “O Homem e a Terra - esboço das correlações entre ambos” entre outros (Iglesias, 2000, p. 127).

(10) Autor de notáveis críticas tanto a textos literários, como os de José de Alencar, quanto de textos historiográficos, como os de Varnhagen, André João Antonil, entre outros (Iglesias, 2000, p. 127).

(11) Autor de estudos de linguística indígena, escreveu o notável “*Ra-txahu-ni-ku-i*” sobre as tribos baccaeris e caxinauás.

(12) Em 1900 escreveu o artigo “O Brasil no Século”, com balanços dos primeiros do governo de Campos Sales, além de um vasto repertório de artigos e cartas com correspondentes internacionais, Capistrano mostrara interesse por vários âmbitos do conhecimento.

(13) Sobre essas caracterizações das suas descrições, ver Gontijo (2007).

Produção

De uma grande gama de fontes, surgiu seu livro mais célebre: *Capítulos de História Colonial*. O livro, publicado em 1907, trata de um período da história brasileira que vai desde 1500 até 1807, constituindo uma síntese poderosa. A ideia dos *Capítulos* foi primeiramente a de produzir, sob encomenda do Centro Industrial do Brasil, uma obra estatística que também fosse meio de propaganda no exterior, a qual deveria chamar-se *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. O curto prazo para a entrega do projeto justifica a delimitação do período escolhido por Capistrano, todavia, o trabalho para o Centro não se conclui e Capistrano compõe os *Capítulos* (Waldman, 2010, p. 102).

Francisco Iglésias afirma que a obra “fora a primeira grande sobre a Colônia, a ser atingido como a maior só em 1942, quando Caio Prado Júnior lançou *Formação do Brasil Contemporâneo*” (Iglésias, 2000, p. 124). Na construção do livro, Capistrano negou o esquema de uma história essencialmente política e administrativa de Varnhagen e outros antes dele¹⁴, para fazer uma história também social e econômica.

O personagem inédito tratado por Capistrano de Abreu é o residente do interior do Brasil, aquele isolado das atribuições litorâneas, que convive com os indígenas e a natureza brasileira, constituindo um “homem novo”, até então inexistente: o “brasileiro”; sua pauta no sertanejo não exclui o conjunto nacional, a unidade brasileira em suas diferenças regionais; o tratamento de um homem comum, partilhando assim uma história social e econômica, caracterizada pela alimentação, modo de vida, tipos étnicos, condições geográficas, os caminhos econômicos, povoamentos, as formas psicológicas, profissões, divertimentos, costumes, crenças, diferenças sociais, o comércio, a vida urbana e rural (Reis, 2007, p. 116).

Economia naturista

Um conceito utilizado por Capistrano é Economia Naturista ou Naturalista. O artifício conceitual utilizado por Capistrano ao longo dos *Capítulos de História Colonial* serve para descrever o tipo de interação econômica presente nos primeiros anos da Colônia e que se seguem no processo de formação do Brasil. A Economia Naturalista explica o modo sincrético como os colonizadores e os sertanejos convivem e se ajustavam às bases materiais de seu meio, ou seja, como as interações geraram uma relação complexa o suficiente para ser chamada de Economia Naturista, como exemplificado no trecho, de Antônio Vieira:

Os alicerces se assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruinam. As terras se esterilizam; as plantações de mandioca não bastam para garantir o sustento; tem-se de buscar longe as madeiras e as terras de tabaco; minguaram a caça e a pesca; as povoações são muito distantes umas das outras e o trabalho de remar consome as forças da indiada. Não há açougue, nem ribeira, nem horta, nem tenda para vender as cousas usuais para o comer ordinário, nem ainda um arrátel de açúcar, com se fazer na terra. No Pará, onde todos os caminhos são por água, não há uma canoa de aluguel. Para um homem ter o pão da terra há de ter roça, e para comer carne há de ter caçador, e para comer peixe, pescador, e para vestir roupa lavada, lavadeira, e para ir à missa ou a qualquer parte, canoas e remeiros: os moradores de mais cabedal têm a mais de tudo isto costureiras, fiandeiras, rendeiras, teares e outros instrumentos e ofícios de mais fábrica, com que cada família vem a ser uma república (Abreu, 2000, p. 125).

(14) Sobre os outros historiadores do século XIX, ver o estudo de Francisco Iglésias (2000, p. 19-127).

O conceito de Economia Naturalista alicerçava-se na permutação de gêneros, ou nos empréstimos de gêneros; as transações interoceânicas, à base de moeda, representavam a contrapartida. Os dois comportamentos significavam duas faces a caracterizar a economia da área dos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro. Essas faces se apresentam como uma espécie de etapa para o desenvolvimento brasileiro assemelhando-se aos moldes de Bruno Hildeband, onde concomitantemente conviviam uma etapa de permuta de bens e trocas monetárias (Canabrava, 2005, p. 260).

A Economia Naturalista caracteriza-se pela relativa autossuficiência dos agentes; a adequação de um modo de vida europeu, sedentário, com a influência indígena do nomadismo e na escolha da terra, gerariam uma economia pautada no sustento próprio. A Economia Naturalista não se limita aos primeiros anos do Brasil enquanto colônia, mas o acompanha ao longo de sua história, sendo importante para entender, por exemplo, o papel da pecuária na época de ascensão do açúcar:

Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente, a prosperidade real nunca bafejaria o proprietário. Com a economia naturalista, o equívoco podia prolongar-se por muito tempo, mas por fim patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis graças à ausência de corredeiras e saltos, a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando as areias das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. [...] A solução foi o gado vacum (Abreu, 2000, p. 132).

O Gado Vacum é descrito no livro como uma modalidade extensiva de criação de gado, afastada dos centros litorâneos. A modalidade adequou-se às regiões impróprias para o cultivo do solo, ou seja, tanto áreas inférteis, como regiões de mata densa onde a construção do engenho seria difícil. A criação do gado não necessitava muitas pessoas, nem um traquejo especial. O investimento era baixo, a necessidade de capitais fixos e circulante diminuía à medida que as gerações do gado começavam a se intercalar, podendo o sertanejo se alimentar de gado e alimentos da mata. A necessidade de compra era apenas o sal, mas por vezes supridos pelos barreiros dos sertões.

A criação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias da cidade de Salvador, acompanhando a demanda dos engenhos e dos habitantes das cidades. Posteriormente, foi para o Sergipe, estendeu-se à margem direita do São Francisco, indo até a Bahia e Ceará. As propriedades próximas ao São Francisco foram sendo formadas, e como Capistrano escreve: “Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10\$ por ano, no princípio do século XVIII” (Abreu, 2000, p. 133).

O sertanejo

Um outro ponto chave para Capistrano foi a descrição da vida do sertanejo, fundamental para a construção da história, ao longo dos *Capítulos de História Colonial*. A descrição material dos primeiros sertanejos é feita a partir do povoamento pelo Gado Vacum, assim, não eram estes os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. A alimentação era feita sobretudo de carne e leite, a farinha de mandioca era pouca por dificuldades no plantio associados mais à seca do que às condições do solo. Outras culturas:

O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guarda-roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brucas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (Abreu, 2000, p. 135).

Com a posse da terra, Capistrano descreve a figura do Vaqueiro, um empregado da fazenda encarregado de cuidar dos bezerros, curá-los de doenças, cuidar dos campos na estação apropriada e abrir cacimbas e bebedouros nas redondezas. Depois de quatro ou cinco anos de serviço, o vaqueiro começava a ser pago em uma forma de permuta, na qual de quatro bezerros, um era de posse do funcionário. Este sistema de permuta permitia o vaqueiro fundar uma fazenda por sua conta. Ao longo do tempo, as boiadas ficavam aos arredores dos maiores centros de população, isto é, as capitais da Bahia e Pernambuco.

As viagens de transporte de gado conduziram uma lógica econômica no interior de uma colônia litorânea. No transporte, transviavam-se algumas cabeças de gado que ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e compravam este gado depreciado por um preço mais baixo, que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, neste povoamento “satélite”, faziam-se pequenas lavouras, cujas sobras vendiam aos vaqueiros; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionavam ao sertanejo um produto muito apreciado, a rapadura.

O caminho do Gado Vacum se deu ao longo do rio São Francisco, descobriram-se jazidas de sal, que serviram como ponto de abastecimento e caminho para o transporte do gado. Graças a estas circunstâncias, formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio.

Ao longo dessa demonstração de alguns assuntos analisados por Capistrano de Abreu, procuramos expor como se deram as contribuições do autor para a História Econômica: buscando ampliar a descrição da História do Brasil, o historiador utiliza as bases materiais da sociedade, esmiuçando a realidade econômica do contexto. É importante enfatizar que Capistrano de Abreu não se dedicou exclusivamente à história econômica, mas utilizou-se dela para compor a sua síntese e fez nesta o que Francisco Iglésias (1959, p. 27), retomando Herbert Heaton, definiu como História Econômica: “descreve os esforços que o homem fez ao longo dos séculos para satisfazer suas necessidades materiais”.

4 Retomada de Capistrano

Ao longo das primeiras seções, vimos que Capistrano de Abreu é colocado pela historiografia como um autor que aprofundou as análises sobre História do Brasil. Esta seção pretende, a partir das análises nas aproximações do autor com Euclides da Cunha e Paulo Prado, uma interligação de temas: a construção da história brasileira é resultado das interações materiais e sociais dos indivíduos com a natureza e a geografia local. Deste modo, as construções de Capistrano revelam que a interação das

análises em instâncias também materiais e sociais são necessários para construir um arcabouço mais completo da História do Brasil, objetivo declarado do autor. Os aspectos socioeconômicos que Capistrano desenvolveu serão a base para, posteriormente, surgirem as sínteses de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (Falcon, 1999, p. 8) e estes aspectos, que serão analisados na seção 6, mas já podem ser notados na retomada do autor em sua época.

Neste sentido de aperfeiçoamento, Francisco Falcon aponta que o autor cearense pode ser retomado junto com Sílvio Romero, Tobias Barreto e Euclides da Cunha, entre duas concepções de História: a História político-administrativa tendo como foco narrativo do empírico, dentro do juízo moral, das elites e do litoral, presente em Varnhagen. E a história que expressa uma inquietação em compreender a realidade brasileira recompondo os elementos de sua cultura material, como por exemplo, olhando para personagens como o sertanejo, os “Fatores Exógenos”, o “Gado Vacum” e outros.

Como nos informa Thais C. Waldman (2010, p. 112), Capistrano foi o criador de uma “Escola de História” no Brasil, com uma escrita em “capítulos de história parcelada”. Apesar de segmentada, a História do Brasil possui uma parte “íntima” e outra “externa” que se complementam. A história “íntima” preocupa-se da maneira pela qual, como escreve o próprio Capistrano, “aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se por fim à nação” (Abreu, 1931, p. 157). A história “externa” deve tratar o Brasil “como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatarias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida a possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V” (Abreu, 1931, p. 158).

Os Sertões de Euclides da Cunha, como aponta Barros (2010, p.460), mostrou um Brasil que tinha profundas diferenças em suas camadas sociais, marcadas por desigualdade. Essas camadas não haviam sido devidamente estudadas, “o povo” carecia de identidade na História do Brasil. Seria suficiente a interpretação “romântica” de Varnhagen e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro? Qual o papel do historiador ante as tensões que banhavam o final do século XIX? Essas tensões essenciais estão imersas na produção de uma geração de historiadores que têm a contribuição historiográfica de Capistrano de Abreu, que acrescentou pontos materiais e sociais para descrever esse “povo” oculto nos sertões brasileiros.

A “Economia Naturalista” pode ser um exemplo dessa realidade mais complexa que Capistrano procura nas análises. O conceito de “Economia Naturalista” foi abordado nos *Capítulos de História Colonial* e foi um importante ponto de descrição dos meios materiais, tratando de peculiaridades dessa forma de economia como a predominância de atividades ligadas à floresta, com pouca preocupação do cultivo e formas de troca baseadas no escambo de materiais com os índios.

A construção inovadora apresentada por Capistrano foi importante para repensar o Brasil: a construção da paisagem, das relações sociais e o significado dessas. O modo como o autor descreve a paisagem do Brasil Colonial será a raiz do que vemos repetido nas formas modernas de interpretá-lo (Corrêa, 2004, p. 2). O povoamento do interior do Brasil não foi posto como secundário e, ao contrário, foi analisado pelo autor cearense como resultado de uma lógica econômica e social que poderia explicar melhor as bandeiras paulistas, as cidades baseadas em gado e ouro (principalmente em Minas Gerais) e, em uma abordagem prática, quem eram aqueles que habitavam, lutavam e morriam por Canudos, como veremos nas aproximações com Euclides da Cunha.

Os caminhos de povoamento que construiu Capistrano de Abreu influenciaram Paulo Prado, que foi orientando de Capistrano, ainda que sem uma instituição de ensino que intermediasse, no que diz respeito ao papel das demarcações do caminho e nos mapeamentos das populações e aldeias indígenas. Os caminhos utilizados pelos indígenas em ambos os autores são alterações pequenas na natureza local e não são classificadas como paisagem humana, cabendo ao colonizador (principalmente os paulistas) finalizar os caminhos primitivos e virgens. Abordando o mesmo assunto que Capistrano e Paulo Prado, Sérgio Buarque expõe em *Caminhos e Fronteiras* (1957) que os caminhos de povoamento são sempre uma interferência histórico-cultural humana na natureza e, deste modo, resultado de habilidades intelectuais dos indígenas que não foram assimiladas pelos colonos e de forma alguma podem significar obras inacabadas (Corrêa, 2004, p. 5).

Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha: O papel do sertanejo

Como resultado de uma diversidade não analisada, o Brasil do começo do século XX carecia de interpretações ou mesmo de identificações quanto aos sertões de maneira ampla e o Movimento de Canudos pode ser visto como um bom exemplo desta inconsistência: uma guerra de sertanejos contra a República, de novembro de 1896 a outubro de 1897, nos sertões da Bahia, mostrou que a unidade de Brasil tão veemente defendida pela coroa já não se encaixava em um Brasil que é mais do que somente o litoral.

Como Capistrano de Abreu no começo de sua intelectualidade buscava conceitos nos pensadores positivistas, Euclides da Cunha utilizou o método organicista de Hebert Spencer para explicar o Movimento de Canudos. Neste método, a sociedade era um organismo e a evolução social significava tanto a derrota do isolamento de grupos sociais sertanejos, quanto na manutenção de seus traços formadores da identidade brasileira, para formar um outro estágio social (Rezende, 2001, p. 207). Como aponta Vamireh Chacon, o estudo sociológico no Brasil nasce com maior enfoque nas leituras de Hebert Spencer do que do Augusto Comte (Chacon, 1977, p. 29).

A problemática da mudança social foi a hipótese a ser respondida por Euclides da Cunha em sua reflexão sobre Canudos, pois se com o processo emancipatório, a abolição da escravidão e a República o país era guiado para uma mudança de cunho social, restou responder se esse processo era sincrético ou destrutivo. As relações entre civilização e barbárie, entre construção e destruição, entre conflito e conciliação, entre identidade e nacionalidade enfeixam os elementos centrais do problema levantado por ele. Com Spencer e o organicismo, Euclides da Cunha procurou responder um dado país consegue evoluir para um estágio em que sejam suprimidas as condições de guerra e de repressões (Rezende, 2001, p. 203).

O embate do Brasil litorâneo com o Brasil sertanejo era consequência de um projeto civilizatório do primeiro que desponderava as especificidades brasileiras, imitando o “protocolo” de agir dos europeus. Como aponta Maria J. de Rezende (2001, p. 205): “A inércia cômoda a que os homens do litoral estão submetidos não permitia que se enxergasse em Canudos mais do que fanatismo e loucura”. Euclides da Cunha perguntou para a sociedade litorânea qual era a mudança social esperada se a essência do brasileiro estava no sertão, e este era absolutamente desconhecido, responde ele:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o têrmo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque,

etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo (Cunha, 1984, p. 1).

Os anseios de Euclides da Cunha de analisar as unidades constituintes da sociedade como um todo, ou seja, o litoral e o sertão, foram feitos observando os agrupamentos sociais e suas singularidades. O objetivo era utilizar o arcabouço teórico que Spencer recomendava na obra *On social evolution*, no qual as propriedades das unidades da sociedade definem as propriedades do todo que elas compõem (Rezende, 2001, p. 207). Analisando o sertanejo, Euclides da Cunha procurava compor uma tipificação deste grupo de indivíduos, observando seus traços físicos, raciais e sociais. Procurava-se o “brasileiro circunstancial”, que vive na terra e se adapta ao seu meio, e este deveria ser o ponto de partida fundado nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais do país para um projeto civilizatório. O método com base em bombardeios que supunham as autoridades brasileiras não tinha sentido de progresso social e político e, como ressalta o autor: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (Cunha, 1984, p. 1).

As aproximações de Euclides da Cunha com Capistrano de Abreu mostram-se em vários âmbitos, mas tiveram em seu cerne um ponto em comum: ambos quiseram demonstrar um “outro Brasil”, esquecido pela história, pelos governos e pela sociedade. As aproximações com Herbert Spencer revelam o caráter interpretativo que se gostaria de atingir em relação à realidade, ou seja, não bastava tratar o sertanejo como um rebelde sem história para resolver as contradições internas da sociedade.

A influência spenceriana mostra-se, para Capistrano, na descrição racial e nos tipos ideais, a saber: o negro alegre, o português taciturno e o índio sorumbático. Ao longo do livro, a história brasileira demonstra-se por fundamentos de agentes que irão compor o Brasil miscigenado e tropical e as ideias farão parte da composição que já não é a do índio, do negro ou do português, mas sim a do brasileiro. Como Euclides da Cunha descrevendo o sertanejo abrupto, fruto das condições da sua terra inóspita e de seus antepassados selvagens, Capistrano procura na ascendência étnica a explicação para o modo de agir do brasileiro no sertão. Ainda que a influência determinista seja comum aos dois autores, a influência da raça é menos cara aos resultados de Capistrano na medida em que o conceito de “raça” vai sendo substituído pelo conceito de “cultura” (Reis, 1998, p. 70).

Vale ressaltar que a mudança interpretativa do autor cearense é mais relevante do ponto de vista metodológico do que conclusivo: se antes as raças faziam parte de leis mais gerais do determinismo e do darwinismo social, portanto explicavam o brasileiro, agora elas são parte da explicação posterior ao olhar dos dados e das fontes, no caso, da tradição cultural, numa combinação de análise lógica, evidência documental e crítica das interpretações anteriores.

Talvez a maior semelhança dos *Capítulos de História Colonial* e *Os Sertões* seja a constatação de um novo personagem na História do Brasil: as pessoas que, no processo de interiorização dos marginalizados pelo litoral, foram obrigadas a se tornar “o sertanejo”, isto é, a aprender a natureza brasileira e a conviver com os indígenas. O anseio de Euclides por demonstrar esse novo personagem e o de Capistrano por compor uma síntese nacional incidem nas duas obras de

maneira sincrética, pois se o povo do Brasil é o público alvo dos estudos, de maneiras a responder às contradições que a realidade estava demonstrando, toda análise estava fadada ao fracasso desconsiderando, convenientemente, que o Brasil era maior que o litoral.

Capistrano e Paulo Prado: Os olhares para os caminhos

A erudição de Capistrano de Abreu contrastava com sua aparência e modos humildes, a ponto de impressionar mesmo um paulista, filho de ricos cafeicultores. Paulo Prado formou-se em Direito no Largo São Francisco em 1899, e sob orientação de Capistrano, publicou *Paulística: História de São Paulo* (1925) e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928). A orientação dava-se por meio de comentários, críticas e indicações que Capistrano mandava por cartas (Waldman, 2010, p. 48).

Se Capistrano de Abreu debruçava-se pelas estruturas econômico-sociais dos povos que habitavam toda a extensão do Brasil, Paulo Prado, em um primeiro momento, estava preocupado particularmente com a história da Vila de São Vicente, primeiro núcleo de povoamento e origem de expedição de exploração do território. Capistrano aponta que as vantagens geográficas do território foram decisivas para o povoamento do sertão brasileiro e Paulo Prado adiciona ao quadro exaltando que a expansão para o sertão fora o “desenvolvimento fatal das qualidades étnicas do tipo paulista”. Ainda que, em um segundo momento, Paulo Prado preocupou-se em entender os problemas do seu tempo ampliando a análise pelos “outros Brasis” de que falava, o Brasil para ele é São Paulo (Waldman, 2010, p. 105).

O enfoque na realidade de São Paulo foi um movimento dos intelectuais paulistas no final do século XIX que, sentindo-se à margem da representação dos círculos das letras do Rio de Janeiro, ambicionavam, por meio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), reescrever a história do Brasil e a epopeia paulista. O cearense Capistrano de Abreu despertou o interesse de Paulo Prado porque a caracterização das bandeiras serviria para um quadro histórico da província paulista e sua gente (Waldman, 2010, p. 110).

O reconhecimento de Capistrano como estudioso da história dos caminhos coloniais levou o então presidente do estado de São Paulo de 1920 até 1924, Washington Luís, a pedir que Paulo Prado intermediasse em um estudo que Capistrano faria sobre os “Caminhos do Mar”. O estudo serviria com uma legitimação simbólica do plano rodoviário proposto por Washington Luís. Capistrano responde a carta com três pontos, que resumidamente: o Caminho do Mar era anterior à chegada dos portugueses; que o traçado variou mais de uma vez; e que nos escritos do José de Anchieta pode-se encontrar mais informações sobre o tema.

Simbolicamente, o plano rodoviário que ligaria a cidade de São Paulo com o litoral seria, em uma comparação que o próprio Capistrano usa, como vencer as Termópilas¹⁵ gregas nas Guerras Médicas, vencendo a Serra do Mar e possibilitando o melhor desenvolvimento econômico de São Paulo. O Caminho do Mar foi um tema explorado por Paulo Prado, que relacionava as intempéries de transpor a Serra do Mar com o caráter insubmisso e independente da cidade, ao melhor estilo *Non Ducor Duco*. Para o autor, as dificuldades impediram a chegada de quaisquer influências negativas ao tipo nato paulistano do “predestinado mameluco” (Waldman, 2010, p. 145).

(15) Carta de Capistrano de Abreu a Paulo Prado, 5 de maio de 1920. Apud Waldman (2010, p. 116).

Capistrano reúne a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim em sua obra *Os Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1925). A forma de Capistrano de privilegiar os caminhos e suas consequências como elementos explicativos da história colonial foi importante para despertar o interesse de Paulo Prado na expansão e influência dos quatro principais núcleos de povoamento e origem de expedições de exploração: São Vicente, foco principal de Paulo Prado, mas também, Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro (Waldman, 2010, p. 116).

A obra de Paulo Prado pode ser vista como uma contribuição ao projeto da antologia colonial proposta por Capistrano. Dezesete anos mais novo que seu orientador, Paulo Prado aprende que a escrita da história do Brasil depende primeiramente da escrita de “capítulos de história parcelada”, e apesar do enfoque na história de São Paulo, Prado reconhece a necessidade de uma caracterização mais geral, com o intuito de retratar o Brasil com “a confiança no futuro, que não pode ser pior que o passado” (Prado, 1928, p. 216).

Como aponta Thaís C. Waldman (2010, p. 119), “se *Paulística* trata da história de São Paulo, *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a Tristeza Brasileira* se debruça sobre o país como um todo”. As obras compartilham a nação como dependente da província, mas mesmo Paulo Prado admite que a história do Brasil precisa levar em conta as outras realidades socioeconômicas e, principalmente, outros caminhos para o sertão. O segundo livro de Prado tem como epígrafe uma carta que Capistrano mandou a João Lúcio de Azevedo, que possui uma metáfora importante para o livro, a figura do Jaburu: “[O jaburu é ...]a ave que simboliza nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza”¹⁶.

A tristeza será um tema caro para o segundo livro de Paulo Prado, que tem por tese central: “numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram” (Prado, 1928, p. 9). Capistrano já havia explorado este tema em textos do Frei Vicente de Salvador e Padre Anchieta, advertindo que “a receita para suavizar a descida da melancólica Colina: o interesse pelas coisas brasileiras na sua multiplicidade” (Prado, 1925, p. 5).

Os quatro capítulos que compõem o *Retrato do Brasil* são: “A Luxúria” e “A Cobiça”, capítulos que procuram mostrar a falta de moralidade das relações humanas no período colonial, que deixam a herança da melancolia; “A Tristeza” e “O Romantismo” foram os capítulos que Paulo Prado buscou aprofundar o que Capistrano desenvolvera nos *Capítulos de História Colonial* na expressão “transoceanismo”, isto é, o sentimento dos primeiros colonizadores de melancolia e banalização do território recém achado, buscando retornar ao reino assim que obtivessem a quantia de riqueza desejada (Waldman, 2010, p. 123).

As bases fundadas no Brasil são tomadas pelo sentimento transoceânico e isto marca o “desamor pela terra”, não podendo produzir vida social. As bandeiras, como explica Capistrano e reafirma Prado, são a oposição ao transoceanismo porque colocam o sentimento de pertencimento e construção na própria nação, e só assim, olhando para o desenvolvimento interno, pode ter bases sociais estáveis e dignas de exaltação moral, como será feito no “mameluco” paulista (Waldman, 2010, p. 117).

(16) Rodrigues (1977, v. 2, p. 21) apud Waldman (2010, p. 120).

A colonização portuguesa deixou como legado a tristeza. Prado retoma a discussão para observar que a situação no século XX não é melhor que a dos séculos anteriores. Recuperando as conclusões de Capistrano, que os brasileiros depois de três séculos de colonização, estariam “repartidos, na superfície reclamada como sua pela metrópole, tocavam dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo”, onde a única confraternização existente é a do lucro e do dinheiro. A conclusão assemelha-se com a de Gilberto Freire teve em 1933, com o livro *Casa Grande & Senzala*, onde argumenta que o povo brasileiro “parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado” (Freyre, 2003, p.110).

Paulo Prado utiliza conclusões de Capistrano afirmando que os três séculos de formação da nação brasileira criaram diferentes “grupos etnográficos”, dispersos e diversos no território. As diferenças entre esses grupos, causadas por vazios de comunicação e forças dissolventes, revelaria uma falta de consciência nacional (Waldman, 2010, p. 136). Capistrano vai ainda afirmar que, até o 1800, não existe sociedade, mas somente uma comunidade ativa da língua e passiva da religião, elementos fracos no sincretismo nacional. Parte dessa desconfiança tanto de Prado como de Capistrano pode ser resultado justamente de um Brasil não analisado pelos quadros de ferro dos historiadores até então, o que obrigou os pesquisadores se debruçarem em contradições e diferenças internas capazes de dissolver o ideal monarquista de nação. A Guerra de Canudos mostrou que a falha de análise das diversidades brasileiras não só é uma ferida dura na nossa história, mas uma ignorância que provoca mortes e revoltas. O escritor cearense ainda indaga: “O brasileiro é um povo em formação ou em dissolução?”¹⁷

As contradições “recém analisadas” eram tantas, que Paulo Prado afirma que a desagregação seja a única consequência possível. Taxado de pessimista, Prado afirma ser um otimista e vê somente na Guerra ou na Revolução o remédio realmente eficaz contra o desmembramento. O autor considera “necessário fazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total” (Prado, 1928, p. 215), todavia, não explica o que significa “fazer tábua rasa” ou propriamente a “renovação total”. A adesão a uma revolução, é claro, seria liderada pelos paulistas, os únicos protegidos pela Termópilas Paulistas da degeneração além-mar (Waldman, 2010, p. 137). A questão da revolução em Paulo Prado guarda relações com o sentimento transoceânico, que se torna uma espécie de “patologia” a qual impedia o Brasil de crescer e, para curar-se, o Brasil precisava de uma mudança que possibilitasse o recomeço da História do Brasil (Aguilar, 2014, p. 40).

As semelhanças de Capistrano de Abreu com Paulo Prado são grandes e demonstram as íntimas relações acadêmicas de ambos. Capistrano, sempre retratado como simples e erudito, complementa o anseio do rico e insipiente Paulo Prado. O autor cearense, com seus *Capítulos*, busca a empiria e a totalização, ou seja, a síntese. O autor paulista prefere o ensaio e a mesma impressão de totalidade, as vezes não valorizando a exegese documental, mas absorvendo a principal novidade de Capistrano: as novas perguntas que a história precisa responder, perguntas que afetaram a sociedade contemporânea, perguntas que explicam a economia da época.

(17) Carta de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart, 10 de setembro de 1909. Apud Waldman (2010, p. 136).

5 Legado de Capistrano de Abreu

Já demonstramos, nas seções anteriores, quem fora Capistrano de Abreu, o que ele escreveu e como articulou suas ideias. A novidade do autor foi acrescentar temas, análises, indicar textos e orientar estudos. Cabe nesta seção investigarmos como a literatura posterior utilizou essa novidade, como a contribuição de Capistrano foi apropriada pelos que buscavam interpretar o Brasil, de maneira geral, mas também por aqueles que queriam estudar questões econômicas específicas.

O empenho de Capistrano por uma história com mais detalhes e aspectos de análise gerou, no final de sua vida, um sentimento de incompletude: ainda faltavam muitas variáveis e documentos a serem analisados para o quadro almejado pelo autor. No final da vida, Capistrano caracteriza a história do Brasil como uma “casa edificada na areia, devido à falta de fontes e argumentos para uma arquitetura de uma história completa” (Rodrigues, 1977, p. 175).

A criação da Sociedade Capistrano de Abreu parte do próprio Paulo Prado, na tentativa de criar uma agremiação que pudesse conservar e organizar a biblioteca de Capistrano, compilando e editando grande parte de sua vasta e dispersa obra. Outra estratégia da sociedade era a de incentivar pesquisas sobre a história nacional, ao estilo de uma tentativa não concretizada de Capistrano chamada “Clube Tacques”: uma pequena sociedade de pesquisa, com membro escolhidos pelo próprio historiador cearense no intuito de trabalhar na cópia e publicação de documentos históricos dos caminhos antigos, das bandeiras, dos meios de transporte e da história econômica do Brasil (Waldman, 2010, p. 110).

O afastamento social dos órgãos de consagração intelectual gerou em Capistrano mais do que somente a admiração pelo autodidatismo, mas também um germen de diferenciação do que era feito nestes centros. Capistrano era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e também do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), porém somente frequentava suas bibliotecas e se correspondia com alguns membros. O distanciamento, todavia, não impede que Capistrano seja considerado e tratado como o maior historiador do país daquele período, recuperado e apropriado pelas instituições que recusava (Waldman, 2010, p. 110). O centenário do nascimento do autor foi celebrado por diversas instituições, como o IHGB, a Sociedade Capistrano de Abreu, o IHGSP, o Ministério da Educação, a Biblioteca Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado Nacional, a Sociedade de Estudos Históricos, a Universidade de São Paulo e o Instituto Histórico do Ceará (Gontijo, 2006, p. 88).

É relevante ressaltar que uma parte importante da influência de Capistrano deu-se não somente por seus livros e trabalhos maiores, mas pelas indicações de leituras e pelos seus acréscimos em análises, prefácios, introduções para livros de terceiros, inéditos ou não. Textos como *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e riquezas*, de Antonil e *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, tiveram uma importância grande por vários autores que estudaram história econômica posteriormente, como Caio Prado Junior¹⁸, Roberto Simonsen¹⁹ e Celso Furtado²⁰.

O esforço de Capistrano para compilar uma variedade de aspectos para compor a sua antologia colonial, pintou um quadro mais diversificado e, por vezes, muito mais completo que seu

(18) Ver Silva Souza (2012).

(19) Ver Leão et al. (2015).

(20) Ver Saes (2004, p. 180).

antecessor Varnhagen. Como vimos, as insuficiências teóricas de interpretação da nação causavam não só uma perda de protagonismo do brasileiro enquanto povo livre de Portugal, mas também uma perda do próprio conceito do que significava ser brasileiro: era o homem livre e “civilizado” do litoral? Era o sertanejo abrupto que defende Canudos com sua vida? Ou seria o “predestinado” mameluco paulista, bravo e forte nas suas aventuras pelos caminhos das bandeiras? Qual o sentido do Brasil?

Capistrano de Abreu não arriscou responder perguntas tão gerais nos seus *Capítulos*, ainda que fosse considerado por muitos como o historiador mais capacitado para escrever toda a história nacional (Waldman, 2010, p. 103), seu papel principal foi (re)descobrir o Brasil, isto é, demonstrar que o país era maior e mais diverso do que a interpretação da época. Aquilo que Capistrano deixa para a posteridade é uma vida como personificação de “escola de história” que depende primeiramente de “capítulos de história parcelada”. A escola de Capistrano, afirma Paulo Prado:

(...) não é somente “livro dos livros”, mas estudo completo e complexo do drama humano no correr dos tempos, desde a compreensão dos ritmos mundiais, das forças instintivas e conscientes que dirigem os homens e as aglomerações sociais, até o detalhe pitoresco, palpitante, do viver cotidiano nas épocas passadas (Prado, 1934, p. 232).

Como vimos, as duas histórias distintas e complementares que o historiador cearense usa, a saber, uma “íntima” e outra “externa” compõem o aspecto mais importante de Capistrano, pois ao mesmo tempo que articula com os antecessores no tratar da relação Brasil-Portugal, adiciona a formação da população brasileira, não homogênea nem concomitantes, mas em um movimento de adaptação à nação que se formaria.

A história “íntima”, com seus relatos sobre os costumes, moralidade e vícios foi importante para a história econômica do Brasil pois permitiu que, justamente tratando da população em suas bases materiais e geográficas, pudessem os historiadores conhecer melhor o período e a parte da população brasileira a qual estivessem pesquisando. Capistrano de Abreu deu ferramentas e ideias para toda uma geração de seus leitores que iriam terminar o trabalho historiográfico rico que ele começou, e a análise da criação e gerenciamento dos recursos é peça fundamental, seja nos seus próprios escritos, como na revisão e crítica de textos que Capistrano chamou a atenção dos leitores sobre a importância.

Os Capítulos foram uma das mais relevantes de sua época, todavia, ainda podemos ver na obra uma visão fragmentada do passado colonial brasileiro, decorrência direta da sua interpretação da formação dos diferentes núcleos econômicos e sociais, bem como da geografia nacional. Essa fragmentação foi um recurso útil e profícuo na literatura posterior, guiando, principalmente, o estudo dos ciclos econômicos da *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, de Roberto C. Simonsen.

O livro de Simonsen foi escrito a partir das aulas que o autor lecionava na *Escola livre de Sociologia e Política de São Paulo* e da grande gama de pensadores como Paulo Prado e Gilberto Freyre. O estudo dos ciclos produtivos na economia brasileira fora um recurso “emprestado” (Curi, 2014, p. 11) do livro do amigo e correspondente de Capistrano de Abreu, João Lúcio de Azevedo no livro *Épocas de Portugal econômico* (1928), no qual dividia a história econômica de Portugal em cinco ciclos, a saber, “monarquia agrária”, ciclo da pimenta na Índia, primeiro ciclo do ouro, ciclo do açúcar e idade do ouro e diamantes.

O intuito de Roberto Simonsen em utilizar os ciclos era interpretar a economia brasileira e sua formação histórica, lançando as bases da interpretação posterior que alega que a economia colonial era dominada por fases de expansão pronunciada da riqueza, seguidas por momentos de dilapidação rápida da mesma implica que a economia de bases coloniais nada legava de permanente à nação (Curi, 2014, p. 50). Na intenção de exaltar a indústria como setor gerador de riqueza para o país, Simonsen retoma o caráter colonial que tinha a economia brasileira, ou seja, a economia tinha por objetivo fornecer gêneros primários à metrópole e, depois, ao mercado internacional. O produto com maior preço no mercado internacional era o guia para a produção no Brasil, assim enquanto açúcar, ouro ou café estivessem valorizados, acumulava-se riqueza rapidamente e o contrário acontecia nas desvalorizações, sendo necessário buscar um novo produto e correr os mesmos riscos da sujeição às flutuações do mercado internacional (Curi, 2014, p. 92).

Capistrano de Abreu insere-se nesta interpretação sob duas vias: na primeira, com sua própria estrutura e forma como descreve a história colonial do Brasil, a partir de capítulos parcelados que seguem uma lógica econômico social ao invés da política; na segunda via, Capistrano retoma e introduz textos importantes para Roberto Simonsen, como *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador; *Diálogos das Grandezas do Brasil*, sem autoria na época; e *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de Antonil (Curi, 2014, p. 98).

A primeira via de interpretação está no cerne dos *Capítulos de História Colonial*, uma história parcelada que visa construir uma interpretação do Brasil a partir de momentos e fatos dispersos no território e na população como um todo. A forma como Capistrano de Abreu divide os capítulos do livro não apresenta propriamente a forma de ciclos econômicos, todavia, os capítulos são pautados por transições da forma de interação da população com o meio, produzindo suas bases materiais, mostrando uma aproximação íntima com a ideia de ciclos econômicos.

No começo do livro, temos a caracterização da “Economia Naturista”, que descreve a forma primitiva, pautada no escambo de espécies, de produção e com o produto que era mandado para o reino: o pau-brasil. Nos primeiros anos do descobrimento, ciclo este que Simonsen introduz no capítulo 3 da *História Econômica do Brasil*, o Pau Brasil era o produto mais cobiçado pela coroa e nas palavras do próprio Capistrano, no capítulo “Os Descobridores”: “Pau-brasil, papagaios, escravos, mestiços, condensam a obra das primeiras décadas” (Abreu, 2000, p. 40).

Como característica mais marcante dos ciclos, podemos aproximar Capistrano de Abreu e Roberto Simonsen na medida em que Capistrano justifica a busca por produtos lucrativos e refém das flutuações do mercado internacional como o ideário do colono brasileiro nos primeiros séculos do Brasil. O sentimento de transoceanismo criava no colono não um anseio de construir bases econômicas sólidas no território, mas ao contrário, a busca por culturas que oferecessem o maior lucro possível no menor tempo. Os ciclos econômicos, ainda que não seguindo essa divisão, são apresentados como consequência da busca de lucros rápidos por parte dos donatários. Os que não podiam concorrer com os donatários fogem para o sertão, na esperança de encontrar melhores condições de vida, formando as bases do Brasil. Os fatos políticos foram importantes para a formação do Brasil, mas como abre o capítulo “Os Sertões”, Capistrano de abreu diz:

A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo (Abreu, 2000, p. 107).

A discussão acerca da existência de feudalismo no Brasil, como nos adverte Airton Souza de Lima (2008, p. 70), esteve presente desde 1920 no pensamento autoritário conservador fazendo frente ao federalismo liberal. Capistrano escreve, principalmente no capítulo 5 dos *Capítulos de História Colonial*, que:

Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal, D. João III tratou menos de acautelar sua própria autoridade que de armar os donatários com poderes bastantes para arrostarem usurpações possíveis dos solarengos vindouros, análogas às ocorridas na história portuguesa da média idade. Ao ouvidor da capitania, com ação nova a dez léguas de sua assistência e agravo e apelação em toda ela caberia o mesmo papel histórico dos juízes de fora no além-mar (Abreu, 2000, p. 49).

A tese de Capistrano mostrava que a relação colônia metrópole continha aspectos feudais em sua essência, pois as relações jurídicas da metrópole com as capitanias e com os colonos eram feitas na base da contratação por locação, interpretada como uma espécie de servidão medieval.

Um autor que utilizará direta e largamente as ideias de Capistrano de Abreu foi Nestor Duarte, no seu livro *A Ordem Privada e a Organização Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira* (1939); no livro, Duarte retoma a questão feudal para entender porque o português foi sempre um “povo eminentemente particularista, [...] convicto do espírito de fração. Embora externamente se apresente nacionalizado, íntegro dentro do estado político [...] podemos assentar que o português é, comparativamente, menos político, como povo e como indivíduo, do que muitos outros povos nacionalizados da Europa” (Duarte, 1939, p. 15).

Em Nestor Duarte, os termos de concessão de privilégios de uma carta de donatário se confundem com a linguagem do direito dominical da propriedade e essa é justamente a prova para constatar o regime feudal, pois todas as incumbências do donatário em sua terra lhe conferiam poder “de senhor” sobre a propriedade e essa, não definida sob os parâmetros moderno de direito de posse, serviam apenas como prestação de contas para o rei. O donatário tinha quase absoluta jurisdição civil e criminal em terras de sua propriedade, conferindo-lhe o que Duarte chamou de “imunidade feudal”. O autor utilizará Capistrano de Abreu como argumento de autoridade para “caracterizam teoricamente a organização feudal na propriedade plena e hereditária da Capitania em face do Rei e na fusão da soberania na propriedade mesma” (Duarte, 1939, p. 47).

Caio Prado Junior, em contraposição com Capistrano e Nestor Duarte, coloca em questão o aspecto capitalista da “nação empreendedora” Portugal, que teve o surto marítimo provocado por uma burguesia sedenta por lucro. Caio Prado atenda para o fato de que a colonização promovida por Portugal atendia a uma produção de gêneros que interessavam o comércio, a para implantar a agricultura, o europeu viria como um empresário de um negócio rendoso, destinado a explorar os recursos naturais (Lima, 2008, p. 71).

Existe um grande debate na historiografia sobre os laços íntimos entre escravidão e capital. Em uma interpretação, o caráter capitalista da empresa colonizadora é visto como contraditório com os direitos de propriedade dos donatários, a ponto de, em *Evolução Política no Brasil* (1933), Caio Prado Jr. admitir que as capitanias hereditárias foram um princípio feudal, um “ensaio de feudalismo que não vingou”, antes, “Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço de relevo na formação histórica do Brasil” (Lima, 2008, p. 72). A tese de Caio Prado não é, portanto, nem feudal nem capitalista, mas sim pré-capitalista, ou seja, uma

interpretação que admite um modo capitalista na gênese da colonização, extraindo os argumentos da esfera da circulação simples do capital, ao mesmo tempo que atribui as determinações da esfera da circulação ampliada do capital para o comércio internacional e a empresa colonizadora (Lima, 2008, p. 72).

Outro autor importante na discussão que recupera Capistrano de Abreu é Celso Furtado, principalmente em sua tese de Doutorado na Sorbonne *L'économie coloniale brésilienne (XVIe et XVIIe siècles): éléments d'histoire économique appliquée à l'analyse de problèmes économiques et sociaux modernes* (1948). Furtado apresentou um contraponto na posição de Capistrano e Nestor Duarte defendendo a inexistência de feudalismo no Brasil. A explicação se deu por meio de explicações materialistas e históricas ao invés da jurídica, demonstrando que a colonização brasileira se fez tal qual um empreendimento capitalista.

Furtado pretendeu expor que as caracterizações estritamente jurídicas resultaram em uma interpretação deficiente sobre a (in)existência de feudalismo no Brasil. Os donatários tinham um intuito empresarial no Brasil e seus poderes sobre as capitanias se assemelham aos acionistas das Companhias das Índias. O fracasso das capitanias deu-se pela falta de capitais dos concessionários, que não conseguiam competir contra as altas taxas de lucro do comércio das Índias, nem conseguiram instalar o investimento inicial na produção de açúcar.

Procuramos, ao longo desta breve compilação de assuntos nos quais Capistrano de Abreu foi um pensador importante o suficiente para ser retomado, mostrar que as contribuições do autor abarcaram diversos âmbitos da vida social e econômica brasileira. Incluindo novas realidades, incluiu-se também a história econômica como ferramenta analítica útil para recompor as bases matérias da sociedade, e explicar melhor a multifacetada História do Brasil.

6 Considerações finais

Este artigo procurou demonstrar as contribuições de Capistrano de Abreu para o quadro da História Econômica do Brasil. Capistrano fora um pensador ímpar na intelectualidade brasileira e tal qual suas peculiaridades revelavam-se na forma de socializar-se, revelam-se também no sentimento de sintetizar a história do Brasil como um todo. O apelo para um leque de realidades sociais e econômicas de um passado colonial foram a forma de Capistrano para pintar um quadro mais diversificado e, principalmente, mais completo do real.

Capistrano foi um dos maiores seguidores de Varnhagen, mas também um dos seus maiores críticos, seja na forma, seja nos lócus, ou até na vida íntima dos institutos e escolas históricas. Os efeitos práticos das interpretações homogêneas do Brasil, na época de Capistrano e Euclides da Cunha (e talvez até hoje), foram ações que desconsideravam as culturas e formações econômicas diferentes não só do modelo europeu, tão veemente defendido e tão erroneamente aplicado, mas da formação litorânea do Brasil.

No que tange a história econômica, Capistrano de Abreu teve um papel importante ao indicar, para a literatura posterior mais munida de ferramentas analíticas, temas e leituras que compunham as bases materiais do Brasil. Recuperado por personagens como Paulo Prado, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Caio Prado Junior e Celso Furtado, Capistrano demonstrou os legados que a colonização

causou no Brasil e ainda que seja criticado por não ter feito uma análise de um tempo maior, seu papel principal foi (re)descobrir o Brasil.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte / São Paulo: Publifolha, 2000.

ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. 1. ed. organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos n. 1: Crítica e História*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931.

ABREU, Capistrano de. *Ensaio e estudos: 4ª Série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

AMED, Fernando José. A configuração de um deslocamento: a prática da escrita de cartas em Capistrano de Abreu. *Revista de História, Dossiê – História e Historiografia*, São Paulo, n. 151, p. 54-71, 2004.

AGUIAR, Isabel C. D. *Paulo Prado e a Semana de Arte Moderna: ensaios e correspondências*. Tese (Doutorado)–Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

BARROS, José D’Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 41, p. 455-489, 2011.

CÂMARA, J. S. *Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*, v. 43, n. 88, p. 417- 424, out./dez. 1971.

CANABRAVA, Alice P. *I Seminário de Estudos Brasileiros – Anais*, v. II. São Paulo: IEB/USP, 1972. p. 4-9.

CANABRAVA, Alice P. Historiografia e Fontes. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Editora Unesp; ABPHE, 2005. p. 245-301.

CORRÊA, Dora S. Historiografia e a paisagem: diálogos, encontros e desencontros entre Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA, 17. Campinas, 2004. p. 1-8. *Anais...*

COSTA, W. P. A independência na historiografia brasileira. JANCÓS, I. (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: FFLCH. Dissertação (Mestrado em História Econômica). 2014.

DUARTE, N. *A ordem privada e a organização nacional: contribuição à sociologia política brasileira*. Companhia Editora Pedagógica Brasileira, versão eBook, 1939. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ordemprivada.html#2>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FALCON, Francisco J. C. As ideias e noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos textos de Capistrano de Abreu: os Ensaios e Estudos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 5-12, 1999.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, Viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História Franca*, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

GONTIJO, Rebeca. O cruzado da inteligência: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Revista Anos 90*, v. 14, n. 26, p. 41-76, 2007.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de história brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

LEÃO, I. Z. C. C.; PINTO, T. L. de Q. R.; SILVA, N. G. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. *Economia E Sociedade*, n. 24, p. 177-199, 2015.

LIMA, A. S. Caio Prado Jr. e a polêmica “Feudalismo-Capitalismo”: pela desconstrução de consensos. *Revista Aurora Unesp Marília*, v. 2, n. 1, p. 70-79, 2008.

OCTAVIO FILHO, Rodrigo. A vida de Capistrano de Abreu. Aula inaugural do Curso Capistrano de Abreu 02/09/1953. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 46-67, 1953.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 487-506, 2008.

- PRADO, P. *Paulística: história de São Paulo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- REIS, José C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2007.
- REIS, José C. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um novo povo: o Povo Brasileiro. *Revista de História*, n. 138, p. 63-82, 1998.
- REZENDE, Maria José de. Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 13, n. 2, p. 201-226, 2001.
- RODRIGUES, José H. (Org.). *Correspondências de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- RODRIGUES, José H. *História e historiografia*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda., 1970.
- SAES, A. M. Economia Política da Colonização. *Estudos de Sociologia*, v. 9, n. 16, p. 179-183, 2004.
- SAES, A. M. Celso Furtado, 100 Anos: Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII (1948). *Boletim de Informações FIPE*, n. 478, p. 78-86, 2020.
- SAES, Alexandre M.; SAES, Flávio M. Difusão de ideias econômicas no Brasil: apontamentos teórico-metodológicos. *Boletim Informações FIPE*, Série: Difusão de Ideias Econômicas no Brasil. São Paulo, SP, n. 417, p. 45-51, 2015.
- SAES, Flávio M. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes de pesquisa em História Econômica do Brasil. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, 2009.
- SILVA, Ítala Byanca Moraes da. A memória na história: a Sociedade Capistrano de Abreu e as estratégias de consagração de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). In: ANPUH. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24. São Leopoldo, p. 599-614, 2007.
- SILVA, R. P. O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)–Unicamp sob orientação de Jose Jobson de Andrade Arruda. Campinas, 2010.
- SILVA SOUZA, F. DAS C. As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil. *Revista Cronos*, v. 10, n. 1, 2012.
- SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.
- SOUZA, Francisco das Chagas Silva. As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil. *Revista Cronos do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, RN, v. 10, n. 1, p. 97-115, 2009.
- TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 78-95, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. Org e Introdução: Antônio Paim. Salvador, Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.

WALDMAN, Thais C. A selva escura da história do Brasil e o seu “torrão paulista”: Paulo Prado através da lupa de Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 61, p. 183-202, 2015.

WALDMAN, Thais C. Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–FFLCH sob orientação de Fernanda Peixoto, São Paulo, 2010.

WEHLING, A. Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 27-36, jan./dez. 1999.

WEHLING, A. *A invenção da história*. Rio de Janeiro/Niterói: Gama Filho/UFF, 1994.

WEHLING, A. *De Varnhagen a Capistrano: historicismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico*. Tese (Professor Titular de Metodologia da História)–IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.